



Bolsas
Na quarta-feira

0,69%

São Paulo

1,05%

Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

157.369

159.074

5/12

8/12

9/12

10/12

Dólar
Na quarta-feira

R\$ 5,468

(+ 0,6%)

Últimos

4/dezembro 5,310

5/dezembro 5,432

8/dezembro 5,420

9/dezembro 5,436

Salário mínimo

R\$ 1.518

Euro
Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 6,385

CDI
Ao ano

14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,91%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2025 0,26

Agosto/2025 -0,11

Setembro/2025 0,48

Outubro/2025 0,09

Novembro/2025 0,18

JUROS

Copom e Fomc têm decisões contrárias

Banco Central (BC) do Brasil eleva e Federal Reserve (Fed), dos EUA, reduz a taxa básica. Em mais uma superquarta, a postura já era esperada aqui e lá

» ROSANA HESSEL

Em plena Superquarta do mercado financeiro, quando as reuniões dos comitês de política monetária dos bancos centrais do Brasil (Copom) e dos Estados Unidos (Fomc) coincidem, as decisões foram em sinais contrários, mas sem surpresas entre os analistas para a última reunião do ano dos colegiados.

Enquanto o Federal Reserve (Fed), reduziu os juros básicos em 0,25 ponto percentual, como esperado pelo mercado em uma decisão dividida, com três dirigentes divergentes, no Brasil, o Copom manteve a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano, e, em decisão novamente unânime, pela quarta vez consecutiva.

No comunicado, o Fomc sinalizou mais um corte de juros no ano que vem. Já o Copom, não sinalizou quando pretende iniciar a redução da taxa Selic que está no maior patamar desde julho de 2006, há seis meses, e ainda manteve a porta aberta para aumento de juros.

No documento, o BC afirmou que as incertezas continuam elevadas e, por conta disso, manteve os termos que eram mais duros contra a inflação, como a afirmação de que o cenário exige que os juros continuem em patamar elevado por um período “bastante prolongado”. Além disso, reforçou que “seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que, como usual, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado”.

A falta de mudanças na nota do Copom em relação ao comunicado da reunião de novembro deixou analistas e entidades do setor produtivo apostarem em queda da Selic a partir da segunda reunião do Copom do próximo ano, em março. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) lamentou a decisão, mas destacou que a manutenção da taxa Selic em 15% “é consequência direta de uma política fiscal considerada desequilibrada, marcada por sucessivas expansões de gastos públicos”.

Analistas também reconheceram que os dados recentes da desaceleração da economia e da inflação mais controlada não foram suficientes para o BC mudar o rumo da política monetária. Ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de novembro avançou 0,18%. No acumulado em 12 meses, o indicador teve alta de 4,46%, e, pela primeira vez desde setembro de 2024, ficou abaixo do teto da meta, de 4,50%. Contudo, pelas novas projeções do BC, a inflação ainda seguirá acima da meta até o segundo trimestre de 2027 — horizonte relevante monitorado pelo Copom.

Risco inflacionário

Para o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, o fato de a comunicação do Copom não ter sofrido mudanças em relação à reunião anterior, sugere que o BC ainda está muito preocupado com o ritmo de convergência

BC ortodoxo

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, segue cada vez mais conservador e, na última reunião do ano, não sinaliza quando pretende começar a reduzir a taxa básica da economia (Selic), de 15% ao ano – o maior patamar desde julho de 2006

ACIMA DA META

Projeções de inflação no cenário de referência indicam que o indicador oficial do custo de vida segue acima da meta, de 3%, no horizonte relevante monitorado pelo BC

Dados acumulados em 12 meses - Em %

Reunião do Copom	2025	2026	2º tri 2027
Novembro	4,6	3,6	3,3
Dezembro	4,4	3,5	3,2

RANKING GLOBAL

Brasil continua em segundo lugar em ranking global de juros reais (descontada a inflação) elaborado pela MoneYou e Lev Intelligence

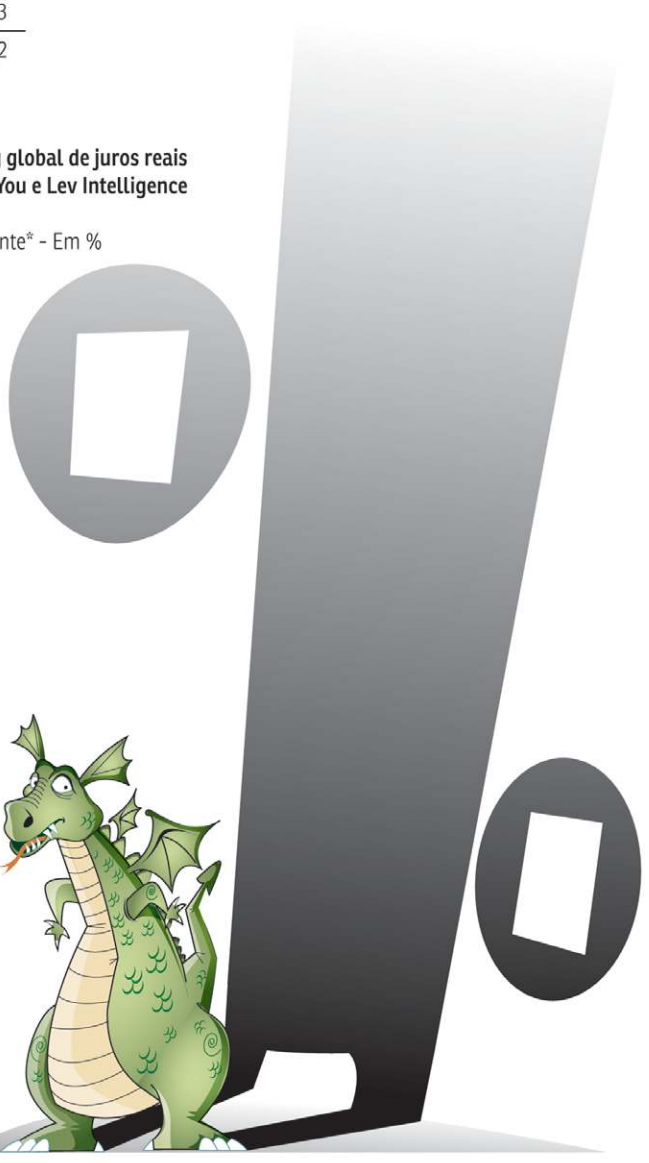
Taxa de juro real acumulada em 12 meses Ex-ante* - Em %

1	Turquia	10,33
2	Brasil	9,44
3	Rússia	7,89
4	Argentina	7,14
5	México	4,21
6	Indonésia	2,44
7	Hungria	2,14
8	África do Sul	2,07
9	Israel	1,91
10	Filipinas	1,79
12	Índia	1,27
15	Chile	0,58
19	Estados Unidos	0,40
31	China	-0,47
34	Colômbia	-0,86
39	Holanda	-1,96
40	Dinamarca	-2,29

Média Geral 1,14

*Considerando a inflação projetada para os próximos 12 meses

Fontes: Banco Central e MoneYou/Lev Intelligence



da inflação para a meta, de 3%. “A leitura nossa é que o comunicado mostra um Banco Central muito preocupado com risco inflacionário ainda”, explicou. “Do ponto de vista prático, isso reduz muito a probabilidade de que haja corte na reunião de janeiro”, acrescentou. Padovani prevê o início de corte dos juros a partir de março e juros terminando o ano em 12%.

O economista da XP Investimentos, Rodolfo Margato, também prevê que a Selic só deverá começar a cair em março e reforçou que o mercado esperava uma sinalização de que o Copom poderia antecipar o corte dos juros para janeiro. Ele contou que a expectativa para essa sinalização seria a retirada do trecho “bastante prolongado”.

De acordo com a economista Zeina Latif, entretanto, o fato de o BC manter o tom duro do comunicado e não sinalizar o início de corte de juros não significa que a possibilidade de corte em janeiro está totalmente descartada, uma vez que a taxa de juros real (descontada a inflação) ainda é muito elevada, em torno de 10,50%, atualmente, para um juro neutro de 5%. “O aperto monetário é grande para uma economia que não está superaquecida” Para ela, existem condições para o BC, em breve, começar a reduzir os juros, nem que seja lentamente. “A questão é se esse é o melhor remédio”, acrescentou.

Com os juros nominais de 15% ao ano, o Brasil continua com uma das taxas de juros real mais altas do mundo, atrás apenas da Turquia, conforme ranking elaborado pela MoneYou, em parceria com a Lev Intelligence. De acordo com o levantamento, o Brasil segue na 2ª colocação no ranking mundial de juros reais, com taxa de 9,44% ao ano, percentual bem acima da média registrada entre 40 economias listadas, de 1,14% ao ano. **(Veja quadro)**

MERCADO DE TRABALHO

CCJ aprova fim da jornada 6x1

» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, a proposta de emenda à Constituição que reduz a carga máxima de trabalho de 44 para 36 horas semanais e põe fim à tradicional escala 6x1. A mudança, discutida há mais de uma década no Congresso, ganhou ritmo após a mobilização de trabalhadores e sindicatos, que reuniu mais de 1,5 milhão de assinaturas em apoio à pauta. O texto segue agora para o plenário do Senado e, depois, para a Câmara dos Deputados.

Incluída de última hora na pauta de votações da CCJ, a proposta fixa limite diário de até 8 horas, distribuídas em, no máximo, cinco dias por semana, sem possibilidade de redução salarial. Também assegurou ao trabalhador ao menos dois dias consecutivos de descanso remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.

A votação foi simbólica. Segundo o relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE), a transição será gradual para garantir segurança jurídica às

empresas. No primeiro ano após a promulgação, a jornada máxima cai para 40 horas. Depois, passa a ser reduzida em uma hora por ano até atingir o limite de 36 horas. A implantação progressiva permite planejamento para “ajustes escalas e, quando necessário, contratar novos empregados”, afirmou. Carvalho acrescentou que o modelo facilita o monitoramento dos impactos econômicos e a realização de ajustes ao longo do processo.

A escala 6x1 determina seis dias consecutivos de trabalho para um único dia de descanso.

Resistências

Enquanto o Senado avançava com a PEC, a Câmara dos Deputados discutia o mesmo tema em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou que o fim da escala 6x1 é prioridade do governo Lula e que o debate tem sido conduzido “com responsabilidade com a economia”. Ele apresentou estudos que, segundo disse, mostram que a redução pode ser implementada “sem

prejuízo significativo para a economia e a produtividade”.

Representantes do setor empresarial contestaram essa visão. O presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Ivo Dall’Acqua Júnior, afirmou que a redução para 36 horas elevaria a folha salarial em pelo menos 18%. Ele alertou para risco de um “efeito bumerangue”, com demissões e maior informalidade, e defendeu que eventuais mudanças sejam negociadas.

Boulos ressaltou que o Planalto apoiará qualquer via legislativa que permita a mudança “com mais rapidez e efetividade”, seja a PEC recém-avancada no Senado, seja as propostas que tramitam na Câmara. “Aprovar aquele que for o caminho mais rápido. Se o mais rápido for agora, e me parece que, com a aprovação da CCJ do Senado, avança-se no plenário e a PEC vai, nós vamos com ela. Se o mais rápido for a PEC da Érica ou um dos PLs apresentados, vamos com eles”, disse o ministro, destacando estar autorizado pelo presidente Lula a vocalizar a posição oficial do Executivo.

Segundo Boulos, a diretriz do governo é clara: redução da

Adriano Sarmiento/SGPR



Boulos defendeu a celeridade na tramitação da proposta no Congresso

jornada para 40 horas semanais, adoção do regime máximo de 5x2 e garantia de que não haja redução salarial. O ministro criticou o relatório da subcomissão da Comissão de Trabalho apresentado na semana passada, que, segundo ele, “mantinha a escala 6x1 em plena discussão sobre acabar com a escala 6x1”.

Aplicativo

Na mesma audiência, Boulos ampliou o foco para os trabalhadores por aplicativo, que, segundo ele, vivem em situação mais grave que o regime 6x1. “Tem gente que não é nem 6 por 1, é 7x0. O trabalhador está todos os dias na rua, sem descanso”, afirmou. Ele defendeu urgência na

» Congresso votará LOA no dia 18

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União - AP), agendou a próxima sessão do Congresso para quinta-feira da próxima semana, às 9h. Na pauta, está a votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026 (PLN 15/2025). Questionado sobre os vetos presidenciais pendentes de deliberação, Davi explicou que não houve entendimento das lideranças partidárias para a votação. “Há muitas demandas de vetos represados, mas os líderes do Congresso com as bancadas de oposição e situação não chegaram a um acordo”, justificou.

aprovação do projeto que regula o setor e criticou duramente o modelo atual de operação das plataformas. Para o ministro, empresas como Uber, 99 e apps de entrega transferem todos os custos e riscos ao trabalhador, ao mesmo tempo em que retêm percentuais de 30% a 40% por viagem. “Isso é extorsão, é agiotagem. Não pode continuar dessa forma.”